



Índice

- 01** [Índios em Cascavel? Nem de passagem](#)
- 02** [Relatório aponta seis medidas para solucionar conflitos na demarcação de terras indígenas em MS](#)
- 03** [Índios exigem combate ao tráfico na reserva](#)
- 04** [Declaração dos povos indígenas sobre a ocupação do Polo de Saúde \(SESAI\) em Itanhaém](#)
- 05** [Sustentabilidade Indígena leva Itaipu ao Benchmarking 2013](#)
- 06** [Cacique Raoni conhece Aldeia Multiétnica e discute situação indígena no Brasil](#)
- 07** [MPF visita comunidades indígenas e quilombolas no sul da Bahia](#)
- 08** [MPF/AM propõe acordo para melhorar atendimento a indígenas pelo SUS](#)
- 09** [História indígena resgatada](#)
- 10** [Justiça procura solucionar problema de invasões indígenas com arrendamento; setor é contra](#)



Índios em Cascavel? Nem de passagem

SÍTIO CGN, 25.07.2013

Discussão está marcada para a próxima quarta-feira (31)

Quando alguém lhe convida para um evento de gosto duvidoso, logo se diz; “isto é um programa de índio”. Temos programa de índio, matéria de índio e “pauta” de índio. E a pauta de índio em questão não é nenhuma reportagem investigativa para fechar a edição, mas sim a pauta da audiência pública, marcada para a próxima quarta-feira (31) que pretende debater a necessidade ou não da construção de uma Casa de Passagem para os indígenas em Cascavel.

É fato que os índios, volta e meia, acampam na rodoviária de Cascavel para vender seus artesanatos, mas de fato é necessário a construção de uma casa pública para abrigá-los?

Esta semana o assunto virou “pauta” para a reunião da diretoria da Acic (Associação Comercial e Industrial) que se postou contra. Na semana passada o assunto foi a “pauta” de uma reunião entre os vereadores Gugu Bueno, Claudio Gaiteiro, Robertinho Magalhães e lideranças da Região Sul da cidade, onde se tenciona construir a Casa de Passagem do Índio, que se mostraram frontalmente contrários.

O vereador Paulo Porto, indigenista e antropólogo (por assim dizer), já transformou em “pauta” do seu mandato a construção da Casa de Passagem do Índio e é uma das vozes favoráveis à construção da Casa de Passagem e de adoção de políticas públicas neste sentido. Para ele, os índios estão vindo e vão continuar vindo para Cascavel e, portanto é oportuno o projeto que quer criar uma abrigo provisório e transitório para os índios.

Audiência

Ontem (24) o vereador Gugu Bueno resolveu também “pautar” a polêmica como ponto para discussão durante a audiência pública agendada para a próxima quarta-feira. Ele defende que a questão do índio deve ser melhor discutida, mas já dá o tom do debate ao se postar contra a construção da Casa de Passagem, que é ideia da própria Secretaria de Ação Social, que planeja usar recursos federais, estaduais e municipais para a construção e assim pôr fim aos acampamentos indignos em praça pública de índios em perambulação pela cidade.

“Embora eu entenda a questão social do indígena não dá para se colocar a construção de uma casa de passagem de cima para baixo. Eu acompanhei reunião com moradores da região sul da cidade na semana passada e eles se postam frontalmente contra a iniciativa. Eles não querem índios perto das suas comunidades”, garante o vereador.

Ainda de acordo com Gugu, a Casa de Passagem é uma iniciativa da “Ação Social”, mas ele não vê sentido em se esconder os índios na Região Sul da cidade. “Se for para construir uma Casa de Passagem ela deve ficar no Centro, melhor se for perto da rodoviária”, defendeu.

CONT.



O vereador Pedro Martendal (PSDB), também “pauta” sua posição nesta polêmica em total discordância com a Casa de Passagem. “Eu defendo o direito dos índios, mas se tiver que construir algo é próximo as suas aldeias, na BR-277. Quem sabe uma instalação para venderem seus artesanatos. Quem sabe permitir que participem de feiras em Cascavel para esta venda. Eles têm direito de ir e vir garantidos, mas não acho que seja opção construir uma casa para eles aqui”, disse.

Funai

Já o vereador João Paulo resolveu “pautar” a convocação da Funai (Fundação Nacional do Índio) e fez aprovar em plenário o Requerimento 148/2013 que convida representantes do órgão à comparecerem durante uma sessão legislativa da Casa para esclarecer a situação social dos indígenas da Região Oeste, e especialmente as razões para estes deixarem a reserva em Laranjeiras do Sul e virem vender seus produtos em Cascavel.

“Sou contra a Casa de Passagem. Acho que os índios podem vir e vender seus produtos, mas têm que voltar à tarde para a aldeia. Acho nociva esta condição em que estão expostos, em contato com a malandragem que os está tornando mendigos, alcoólatras e favorecendo a prostituição. Por isto solicitei a presença do superintendente da Funai em Cascavel para discutir e dar explicações, mas até agora não tivemos resposta se comparecerão ou não”, disse.

O vereador Luiz Frare (PDT) também “pautou” sua posição como contrária à construção da Casa de Passagem. “Eu não concordo. Há quem paute este debate pelo lado social. Que os índios estão aqui morrendo de frio. Creio que pelo menos há 500 anos moram lá em Laranjeiras do Sul. A questão é o que vêm fazer aqui em Cascavel? Eu acho que temos que ter responsabilidade sobre isto, mas não acho que seja missão da prefeitura ou seja solução a Casa de Passagem. A solução tem que vir do órgão competente, que é a Funai. Acho que não tem que trazer índio para cá. Se construírem uma Casa de Passagem ela vai virar moradia definitiva. Outra incoerência é, se vão continuar vindo para a cidade, porque demarcar áreas de terras? Minha posição é contra”.



Relatório aponta seis medidas para solucionar conflitos na demarcação de terras indígenas em MS

SÍTIO EBC, 25.07.2013

Brasília - A Comissão de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para estudar propostas de soluções para a demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul indicou seis instrumentos para resolver os conflitos no estado, especialmente no que tange à transferência de terras para as comunidades indígenas.

As soluções apontadas para a transferência de terras envolvem a conclusão definitiva do processo administrativo demarcatório e a correspondente indenização das benfeitorias feitas pelo possuidor de boa-fé; a desapropriação de áreas por interesse social; a aquisição direta de terras; o assentamento de pequenos proprietários rurais; a transação judicial e a indenização por ato ilícito do Estado decorrente da titulação considerada posteriormente ilegítima.

O documento foi apresentado, em reunião da Comissão de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta quarta-feira (24), durante reunião no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), em Campo Grande. Após revisão, o relatório deverá ser entregue até o dia 30 de julho ao presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa.

O relatório traz as sugestões da comissão para a resolução de conflitos em 41 áreas delimitadas (estudos concluídos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), bem como em outras áreas que fazem parte de dez grupos de trabalho constituídos no âmbito da Funai para identificação de áreas e revisão de limites de terras indígenas que já existem. O documento apresenta ainda as teses jurídicas que justificaram e embasaram a escolha da comissão pelas soluções indicadas para cada conflito.

Edição: Aécio Amado



Índios exigem combate ao tráfico na reserva

SÍTIO O PROGRESSO, 25.07.2013

Líderes indígenas foram à Câmara para cobrar medidas "estratégicas"

Grupo composto por aproximadamente 15 indígenas foi até a Câmara de Dourados, ontem pela manhã, para cobrar providências das autoridades quanto à segurança nas aldeias Bororó e Jaguapirú. Eles querem que sejam elaborados planos estratégicos que reduzam o índice de criminalidade na reserva. Segundo Aniceto Velasquez, representante das lideranças comunitárias, o maior problema é o tráfico de drogas.

"Há muito estamos cobrando as autoridades por causa do clima de insegurança total que impera nas aldeias. A quantidade de policiais na reserva é pouca se levarmos em conta que a área é habitada por aproximadamente 15 mil indígenas. Temos visto muitos de nossos jovens morrendo e se perdendo no mundo das drogas. Estamos lutando contra o tráfico e não queremos perder essa batalha", disse Aniceto.

No prédio do legislativo os indígenas foram recepcionados pelos estudantes que lá estão acampados há 20 dias, e aproveitaram para expor suas reivindicações e pedir apoio. O grupo advertiu que se providências não forem tomadas, eles "fecharão" a MS-156.

"A comunidade está se perdendo por causa da violência e a atuação das forças de segurança tem sido ineficaz, pois os criminosos sabem como funciona o expediente da polícia e dificilmente são encontrados. É preciso outras táticas.

Quando nós líderes comunitários realizamos diligências, sempre encontramos facas, facões e punhais que certamente seriam utilizados para machucar alguém, além de drogas. Mas essa tarefa não cabe a nós, por isso estamos em busca de socorro. Se nada mudar, vamos fechar a rodovia como forma de protesto", destacou.



Declaração dos povos indígenas sobre a ocupação do Polo de Saúde (SESAI) em Itanhaém

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 25.07.2013

Desde o dia 15, segunda-feira, uma comissão de indígenas ocupou o Pólo Base da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) sediado no município de Peruíbe reivindicando o atendimento às demandas que já foram inclusive acordadas em reuniões ocorridas no ano corrente junto ao Coordenador do DSEI Litoral Sul (Distrito Sanitário Especial Indígena), Sr. Paulo Camargo, uma vez que os compromissos não estão sendo cumpridos: nas aldeias segue faltando o atendimento pelas equipes de saúde, que por sua vez acusam a falta de veículos para que cheguem até os locais de atendimento. Após a ocupação, os funcionários do pólo foram detidos apenas para garantir que houvesse o diálogo com o Sr. Paulo Camargo, que agendou uma reunião com os indígenas na sexta-feira, dia 19 de julho.

Após a ocupação pelos indígenas do Pólo Base da Sesai em Peruíbe, a Funai participou das negociações para garantir uma reunião com a Sesai, com intervenção do Ministério Público e da Polícia Federal, em troca da liberação dos funcionários da Sesai que eram mantidos detidos pelos indígenas. Porém, a Sesai não compareceu à reunião acordada e a Funai do Litoral Sudeste, em Itanhaém, sofre neste momento, por tabela, a sua ocupação ocasionada da total falta de compromisso e responsabilidade da Sesai no atendimento às aldeias e sua incapacidade de negociação e diálogo com os indígenas.

Entretanto, frente à falta de diálogo com a Sesai, seis servidores da Funai se encontram detidos neste momento e cerceados do direito de ir e vir pelos indígenas que reivindicam a melhoria do atendimento à Saúde Indígena junto à Sesai.

É preciso esclarecer a todos que a execução desta ação não passa em nenhum momento pelo crivo da Funai, que não tem poder algum sobre ela, mas que cabe somente acompanhar a sua execução, ou seja, reproduzir a reclamação dos indígenas, o que tem sido feito seguidamente nestes dois anos e meio de existência da Sesai.

Acrescente-se a isto o momento delicado em que se encontra a Funai, sofrendo ataques seguidos e sistemáticos dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário, e a fúria devastadora do latifúndio e do agronegócio, todos querendo enfraquecer o papel da Funai na demarcação das Terras Indígenas e arruinar de vez o acesso dos indígenas a suas terras tradicionalmente ocupadas ainda não regularizadas.

A situação da Saúde Indígena no Estado de São Paulo, que já não era exemplar durante o período de 10 anos com a Funasa (Fundação Nacional da Saúde), declinou gravemente a partir da transferência desta Ação Orçamentária para o Sesai, e já no primeiro ano da transição as cobranças dos indígenas se transformaram em um jogo de empurra entre os dois órgãos, que terminavam por não resolver os problemas apresentados. Depois da Funasa sair definitivamente do cenário, o Coordenador do Sesai ainda levou mais de dois anos para fazer

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 132 / 2013

Brasília, 26 de julho de 2013.

sua primeira conversa com os indígenas no Estado de São Paulo, criando entre os indígenas a sensação de abandono frente à demanda pelo atendimento diferenciado compreendido pelas peculiaridades geográficas e culturais destes povos. As aldeias indígenas encontram-se em locais que muitas vezes não são atendidos pelo sistema público de transporte, e a insegurança se agrava em relação aos casos de emergência.

As equipes estão muitas vezes despreparadas para compreender e respeitar as práticas tradicionais de saúde em indígenas, gerando em muitos casos desentendimentos e conflitos que podem ser evitados. Outro problema gravíssimo envolve as condições de Saneamento, devido à precariedade no tratamento da água, falta de material para a manutenção da captação e distribuição, péssima política para o tratamento dos dejetos, sem sustentabilidade ambiental e prejudicando consequentemente os indígenas que habitam estes locais.

A falta de Saneamento adequado, responsabilidade também da Sesai, é a fonte de muitos dos problemas de Saúde que poderiam ser evitados com esta ação básica de prevenção. Será que vão continuar deixando morrer crianças indígenas, anciãos e pessoas que necessitam de acompanhamento médico e medicamentos controlados?

-

Compartilhada por Teceres Teares.



Sustentabilidade Indígena leva Itaipu ao Benchmarking 2013

SÍTIO ITAIPU.GOV.BR, 25.07.2013

A Itaipu está novamente entre as 30 melhores práticas socioambientais do País selecionadas pelo Ranking Benchmarking. Desta vez, a empresa foi indicada pelo programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas, uma iniciativa do Cultivando Água Boa que envolve mais de 2 mil parceiros na região da Bacia do Paraná 3 (BP3). A classificação obtida pela Itaipu no ranking só será conhecida no dia da premiação. O anúncio será feito numa solenidade, no dia 1º de agosto, em São Paulo.

A Itaipu concorre na categoria Políticas e Ferramentas de Gestão, na temática Cultura Indígena, com o case "Sustentabilidade Avá-Guarani". O programa da binacional abrange três comunidades (Ocoy, no município de São Miguel do Iguazu, e Añete e Itamarã, em Diamante D'Oeste), que somam 273 famílias (cerca de 1.400 indígenas).

A Itaipu já foi vencedora em três edições do Benchmarking e, em outra, ficou com a terceira colocação. Levou o primeiro lugar em 2007, com o case "Cultivando Água Boa na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3"; em 2011, com "Gestão para a sustentabilidade no espaço rural"; e em 2012, com "Gestão por Bacia Hidrográfica". Em 2009, com "Programa de Educação Ambiental para a Sustentabilidade", ficou em terceiro lugar.

O case Programa Cultivando Água Boa (CAB) também foi considerado o grande vencedor do Ranking Benchmarking Legítimos da Sustentabilidade – Os Melhores da Década, entregue em 2012, pela Mais Projetos Corporativos e pelo Instituto Mais, referências no Brasil em gestão sustentável.

As ações do programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas incluem melhoria da infraestrutura, produção agropecuária, fortalecimento da diversidade cultural, estímulo à formação de parcerias e segurança alimentar e nutricional. Todas as decisões são tomadas por um comitê gestor formado por lideranças indígenas, representantes da Itaipu e de instituições parceiras, como a Funai, prefeituras municipais, Ministério Público, governo do Paraná, Emater, Ibama e IAP.

Em dez anos de execução, o programa conta com resultados expressivos, como a construção de mais de cem moradias, casas de reza e centros de artesanato, postos de saúde e escolas, cascalhamento das estradas de acesso e vias internas, e implantação de rede de esgoto e rede elétrica.

Paralelamente, o sistema de produção agropecuária nessas comunidades foi estruturado com ações de conservação de solo em aproximadamente 200 hectares, além da doação de sementes, cabeças de gado (de corte e de leite), e tanques-rede para a produção de peixes. A partir dessas ações, a safra anual de mandioca, alimento tradicional na cultura guarani, chega a cerca de 150 toneladas nas três comunidades.

CONT.



“Grande parte das necessidades alimentares das comunidades acaba sendo suprida com produção própria”, explica o superintendente de Meio Ambiente da Itaipu, Jair Kotz. Como resultado, a desnutrição infantil foi eliminada.

O cacique Daniel, líder da comunidade do Ocoy, atesta os ganhos em qualidade de vida graças ao programa. Segundo ele, hoje, 40% dos alimentos que as 150 famílias do Ocoy consomem são produzidos pela própria comunidade. E esse percentual deve aumentar ainda mais. A meta é chegar em 80% num curto espaço de tempo.

“Um dos nossos principais objetivos é fortalecer a agricultura familiar indígena e a produção de peixes, para que essas comunidades não dependam do comércio de fora”, exemplificou Daniel, lembrando que a produção pesqueira do Ocoy (pacus criados em tanques-rede doados pela Itaipu) chega a 5 toneladas/ano.

Outro aspecto importante do programa é o estímulo à preservação da cultura e do modo de ser guarani. Todo ano, próximo ao dia 19 de abril (Dia do Índio), cada comunidade celebra a Semana da Cultura Avá-Guarani, com mostras de danças, artesanato e plantas medicinais, entre outros temas. Em 2009, com o apoio da Itaipu, foi gravado o DVD Tradição Avá-Guarani, um documentário sobre o dia a dia dessas comunidades e o trabalho dos grupos de corais indígenas.

Para Daniel, muito do que foi preservado da cultura indígena se deve à persistência da comunidade guarani, a maior população de índios da América do Sul. Na região das três fronteiras (Brasil, Paraguai e Argentina), está concentrada a maior população dessa comunidade. Segundo Daniel, a comunidade do Ocoy é hoje uma referência pela qualidade de vida que conquistou. “Estamos mais organizados que os nossos irmãos dos países vizinhos.

O professor de História Antônio Prodózzimo, de Diamante D'Oeste, estuda a trajetória dos guarani no Oeste e também a formação das aldeias assistidas por Itaipu. Ele afirma que as comunidades vêm conquistando uma situação cada vez mais sustentável, não só pelas ações voltadas à infraestrutura e produção de alimentos, mas principalmente pelos investimentos na educação.

“O ensino nas escolas é bilíngue (Português e Guarani) e oferece aos índios a oportunidade de resgatar cada vez mais a sua história, sementes rústicas e plantas medicinais, espiritualidade e modo de ser guarani. E esse é um fator que permitindo às famílias viver em harmonia”, garante.

História

As ações da Itaipu voltadas à população indígena começaram mesmo antes da formação do reservatório da usina, com um levantamento antropológico promovido em 1980. Na época, 19 famílias Avá-Guarani viviam em uma área de apenas 19 hectares, às margens do Rio Paraná, próximo à foz do Rio Ocoy, a 30 quilômetros de Foz do Iguaçu.

Eles foram transferidos para uma área próxima, de 250 hectares, que se tornou a reserva

CONT.



indígena do Ocoy. Como a migração é algo que faz parte do modo de vida avá-guarani, as boas condições da comunidade atraíram muitas famílias, principalmente do Paraguai. Em função do crescimento populacional, em 1997, a Itaipu adquiriu 1.700 hectares para a formação da reserva do Añetete e, em 2007, outros 250 hectares para a criação da Itamarã, ambas em Diamante d'Oeste.

O prêmio Benchmarking

Para se tornar uma empresa ou gestor Benchmarking é necessário submeter os modelos gerenciais em sustentabilidade a uma comissão técnica multidisciplinar, composta por especialistas de diversos países, que avaliam as práticas inscritas sem ter acesso ao nome da organização.

Cases com as melhores pontuação, acima do índice técnico 7.1, são considerados Benchmarking e passam a integrar o maior banco digital de práticas de sustentabilidade de livre acesso do país. Também são publicados no Livro BenchMais, uma série quadrienal com os resumos das práticas organizadas por edições e categorias gerenciais.



Cacique Raoni conhece Aldeia Multiétnica e discute situação indígena no Brasil

SÍTIO SECRETARIA DA CULTURA DE GOIÁS, 25.07.2013

O líder é reconhecido e respeitado mundialmente por sua luta à frente dos direitos do território e da cultura indígena.

Andava como se já conhecesse o lugar, interagiu com as crianças e com os índios como se todos fizessem parte de uma grande família. Por onde andava, chamava a atenção não apenas pelo labret (adorno portado sobre o lábio inferior, marca de reconhecimento dos guerreiros prontos para morrer por sua terra) e cocar, mas pela figura emblemática que Raoni Metuktire construiu ao longo de mais de quatro décadas de luta pela preservação do meio ambiente e pelo respeito dos direitos do território e da defesa das populações indígenas brasileiras.

Era a primeira vez que Raoni conhecia a Aldeia Mutiétnica, um espaço localizado no vale da Chapada dos Veadeiros que une várias etnias indígenas para a troca de cultura durante seis dias no Encontro de Culturas. Essa iniciativa é um símbolo concreto de uma das (várias) lutas do líder "Kaipó"; unir os povos indígenas. "É importante para juntar todo mundo e ajudar a demarcar a terra. Eu estou procurando mais recursos para unir todos e fazer um documento para entregar para Dilma Rousseff", declarou. Para atingir essa união e transformar o contexto atual que tanto o preocupa, Raoni mais uma vez viajará por vários países para encontrar apoio para sua causa.

Atualmente, o grande líder tenta marcar uma audiência com o Papa Francisco para conseguir, através do apoio do líder católico, uma intervenção junto a presidente Dilma Rousseff na situação indígena no país, que volta a preocupar Raoni Metuktire. "Não tem bonito" para Raoni (uma das expressões que o grande líder usa para expressar que a situação não está boa, não há beleza ali); ainda há morte de índios por causa de território, constantes ameaças e uma legislação deficiente. E mesmo quando algumas lutas parecem vencidas, elas retornam. Como no caso da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, um combate já encarado e vencido por Raoni em 1989, mas que retornou pauta em 2011.

Durante sua visita a Aldeia Multiétnica, Raoni conversou com os representantes da etnia indígena canadense Innu, que o convidaram para se juntar a eles na organização de um encontro para os povos indígenas de todo o mundo. "Este encontro poderia acontecer no Canadá, para unir o povo inteiro pela paz. Uma luta comum de todas as nações para pedir a justiça e o direito dos indígenas", explicou o chefe Tshiuelen Canape.

"Não tem bonito". A visão indígena do problema

"Eu me preocupo muito com as pessoas querendo fazer barragens no rio. Eu não to gostando de madeireiro, garimpeiro, fazendeiro, hidrelétricas, tudo ruim. Não é só para o nosso índio, é pra todo mundo. A pessoa não sabe que acaba todo mato, estraga todo rio e que vai acontecer

CONT.



um problema sério para todo mundo. Nosso neto não vai viver bem”, lamentou o líder. As preocupações do líder são universais, Raoni não luta apenas pelo bem-estar e futuro da sua comunidade, ele compreende que o futuro é comum a todos e que cada ser vivo depende do outro. “Eu respeito todo mundo, eu gosto de todo mundo. Eu não quero machucar ninguém. Eu quero viver junto”, Raoni compartilhou seu desejo. Toda essa sabedoria que comoveu pessoas do mundo inteiro é resultado da cultura milenar dos “Kaiapó”, da vivência e da tradição de conhecimento passado pelos anciãos aos jovens.

Mesmo após décadas de luta ainda há muitos combates para serem encarados e muitas causas para serem conquistadas e ,aindaassim, o vigor de Raoni Metuktire é ascedente. Como ele mesmo diz, ele anda e continuará andando até a sua luta chegar ao fim.



MPF visita comunidades indígenas e quilombolas no sul da Bahia

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 25.07.2013

Objetivo é aproximar a instituição das minorias, acompanhar a destinação e aplicação de verbas em saúde e educação indígena e quilombola e a atuação da Funai na região

O Ministério Público Federal (MPF) em Teixeira de Freitas (BA) visitou 13 aldeias indígenas, da etnia Pataxó, nas terras indígenas de Barra Velha e Comexatibá, localizadas em Prado, Alcobaça e Itamaraju, e a comunidade quilombola de Helvécia, em Nova Viçosa, todas no sul da Bahia, entre os dias 15 e 19 de julho. O objetivo da visita foi aproximar o MPF das minorias, acompanhar a destinação e aplicação de verbas na saúde e educação indígena e quilombola e a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) na região.

A procuradora da República Cristina Nascimento Melo, acompanhada da antropóloga Sheila Brasileiro, também visitou áreas de retomada, onde há conflitos de interesses entre índios e fazendeiros, e a região do Parque Nacional do Descobrimento, a fim de verificar a situação de sobreposição com a terra indígena Kaí-Pequi. Neste último caso, a procuradora afirma que o MPF deve buscar uma solução para que nem as comunidades nem o parque sejam prejudicados, já que é papel da instituição a defesa dos interesses das minorias e do meio ambiente.



MPF/AM propõe acordo para melhorar atendimento a indígenas pelo SUS

SÍTIO JORNAL JURID, 25.07.2013

Encaminhamento foi feito durante reunião pública realizada na manhã desta quarta-feira, 24 de julho, com a participação de órgãos de governo, do Legislativo e de lideranças indígenas

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) propôs a elaboração coletiva e assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) por todos os órgãos das três esferas de governo que atuam no atendimento em saúde aos povos indígenas do Amazonas no Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo do acordo será estabelecer metas e responsabilidades a serem assumidas e cumpridas em busca de melhorias práticas na prestação do serviço, que hoje funciona de forma precária e é alvo de críticas até mesmo dos próprios órgãos gestores.

A proposta de acordo surgiu a partir de discussão iniciada pelo MPF/AM, com a instauração de inquérito civil público para apurar as condições de atendimento prestadas aos povos indígenas em Manaus por parte do SUS. Em 9 de julho deste ano, uma audiência pública foi realizada para discutir amplamente o tema. Diante da ausência de informações importantes no primeiro evento, foi convocada e realizada na manhã desta quarta-feira, 24 de julho, nova reunião com a presença de lideranças indígenas de diversas etnias, representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Secretaria Municipal de Saúde (Semsu), Secretaria de Estado da Saúde (Susam) e do Legislativo estadual. A partir das falas apontadas ao longo da reunião, o procurador da República Julio José Araujo Junior, que conduziu a discussão, propôs a elaboração do TAC.

De acordo com a proposta lançada durante a reunião, o Município de Manaus, o Estado do Amazonas, a Sesai, a Comissão de Educação, Cultura e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa do Estado (ALE) e as lideranças do movimento indígena realizarão oficinas, ao longo dos próximos seis meses, para discutir os principais problemas e apresentar medidas concretas, com seus respectivos responsáveis, para garantir o atendimento diferenciado de qualidade aos povos indígenas nos procedimentos de média e alta complexidade do SUS. O MPF/AM participará dos debates como mediador e responsável pela proposição do termo de ajustamento de conduta a ser assinado por todos os participantes ao final das discussões.

Para o procurador da República Julio Araújo, a construção coletiva dos acordos, inclusive com a participação da sociedade civil organizada, permitirá a superação dos impasses atualmente existentes no diálogo entre as instituições responsáveis pela prestação do atendimento aos povos indígenas e também produzirá ações concretas em benefício desses povos. "O termo de ajustamento de conduta é a formalização de tudo o que será discutido para se garantir um acordo de responsabilidades, pois é frequente a reclamação das lideranças indígenas de que várias discussões ocorrem e não há encaminhamentos práticos que resultem em melhorias reais percebidas pelos indígenas", disse.

CONT.



Participação no acordo – Na condição de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Sidney Leite manifestou apoio à proposta de TAC e se dispôs a contribuir com a discussão dos termos do acordo. A Sesai também concordou com a proposta. O secretário adjunto de Assistência à Saúde da capital da Susam, Wagner William de Souza, e a representante da Semsu, Patrícia Cabral, do Departamento de Atenção Primária do Municípios de Manaus, se comprometeram a informar ao MPF sobre a participação das secretarias de Saúde no acordo em uma semana.

Com a concordância de todos, será formado um grupo, o qual deverá aguardar a conclusão da programação de pactuação que já está sendo realizada pela Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), do Ministério da Saúde, com a participação da Sesai, para realizar nova reunião de trabalho e iniciar a discussão das responsabilidades a serem assumidas com a assinatura do TAC. A previsão inicial, de acordo com a diretora de Atenção à Saúde da Sesai, Mariana Ferron, é de que a programação seja concluída até a primeira semana de agosto. A proposta é de que todo o processo seja acompanhado por oficinas e novas audiências públicas.



História indígena resgatada

SÍTIO AQUI, 25.07.2013

Mateus Parreiras

A montagem meticulosa de cerca de 1.800 fragmentos de barro cozido indígena levou 13 anos para terminar. Depois do trabalho arqueológico e restauro do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) finalmente trouxe de volta a forma de cinco urnas funerárias e cacos de utensílios cerâmicos de tribos que habitaram as regiões Centro-Oeste e do Alto Paranaíba há cerca de 700 anos. O material chegou em 2000 guardado em 24 caixas e hoje parte será entregue, às 10 horas, ao município de origem, Pedrinópolis, no Alto Paranaíba. Os demais serão enviados de volta a Moema, no Centro-Oeste, em data ainda a ser marcada.

Só para o município de Pedrinópolis serão entregues três urnas, sendo uma de grande porte, uma de médio e uma meia cuia, acompanhados de fragmentos de outros objetos que não puderam ser remontados. De acordo com o Iepha, as peças passaram por processos de restauração, higienização, consolidação e reforço estrutural de modo a permitir que futuros estudos possam melhor identificá-las e associá-las a tradições indígenas no estado de Minas Gerais.



Justiça procura solucionar problema de invasões indígenas com arrendamento; setor é contra

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 25.07.2013

Em reunião realizada entre o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), nesta quarta-feira (24), a justiça ventilou a possibilidade de resolver a questão das propriedades rurais invadidas por indígenas até o término da decisão judicial com o arrendamento destas terras.

A proposta da União que visa como forma de solucionar ou minimizar os problemas e tensões referentes às demarcações de terras em Mato Grosso do Sul foi tomada pelos produtores da região e pela entidade representativa como uma solução não viável.

O advogado da Famasul, Gustavo Passarelli, disse que a medida proposta é paliativa e não resolve o problema, coloca os indígenas em posse da terra invadida e é economicamente inviável para o produtor. "Os produtores rurais não concordam com o arrendamento, uma vez que os valores pagos no aluguel serão abatidos ao final do processo".

O mesmo entendimento parte do TJ/MS, que argumenta que a proposta de arrendamento não seria uma solução definitiva para o problema. De acordo com o coordenador do Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, Rodrigo Rigamonte, o Governo Federal disponibilizou R\$ 50 milhões para compra das terras invadidas. "O valor é insuficiente, mas tentaremos aporte de recurso ano a ano", afirmou Rigamonte.

Definição

Esta sugestão do Governo Federal integra o relatório com outras alternativas que foram analisadas pela comissão criada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e deverá ser entregue ao ministro Joaquim Barbosa, até o dia 30 de julho.

No documento que será entregue ao ministro Joaquim Barbosa, além do arrendamento, citam como alternativas de solução para o conflito agrário em Mato Grosso do Sul, a proposta de acordo judicial, com pagamento pelas terras; permuta (troca) por outras áreas; e, inclusive, a alteração constitucional, permitindo o pagamento da terra, entre outras medidas.